



Ter documento é um direito Toda mulher quer respeito

Programa Nacional de Documentação da
Mulher Trabalhadora Rural 2004 - 2006

Relatório de Gestão



Índice

Apresentação.....	3
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.....	4
Senasp leva Identidade aos rincões mais distantes do país.....	15
Previdência ajuda trabalhadora rural a exercer cidadania.....	16
Carteira de Trabalho: levando cidadania às mulheres rurais.....	17
Mulheres pescadoras são incluídas no Programa de Documentação.....	18
Programa de Documentação se articula com Mobilização Nacional para o Registro Civil.....	19
Secretaria de Políticas para as Mulheres articula o Programa junto a instituições parceiras.....	20
No Nordeste, BNB e parceiros promovem cidadania e acesso a crédito.....	21
Caixa Econômica Federal: reafirmando seu compromisso na redução das desigualdades sociais.....	22
Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG avalia Programa de Documentação.....	23
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar apoia mutirões de documentação.....	24
MIQCB: trabalhando a conscientização das mulheres.....	25
MMC: documentação das mulheres como uma das bandeiras de luta.....	26
Campanha do MMTR-NE também contribui para a criação do Programa de Documentação.....	27
Sof: ajudando a tecer o processo educativo no Programa de Documentação.....	28





Apresentação

A Revista do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) traduz o esforço do Governo Federal, em diálogo permanente com os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, para materializar um dos compromissos firmados no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, na promoção de sua cidadania plena e autonomia econômica.

Após os quase três anos de sua criação, o PNDTR torna públicos seus resultados, a avaliação dos órgãos governamentais que foram essenciais para a sua implementação e a dos movimentos sociais de mulheres que tornaram esta política pública um espaço também de participação e controle social, garantindo sua gestão como uma construção democrática.

Os mais de 350 mil documentos emitidos, os 638 municípios atendidos e as mais de 190 mil mulheres beneficiadas revelam o trabalho feito a muitas mãos, num verdadeiro mutirão de cidadania, envolvendo órgãos federais, governos estaduais e municipais e grupos da sociedade civil. Revelam também que ainda temos muito trabalho pela frente. Estamos abraçando os novos desafios para fazer do PNDTR um instrumento capaz de tornar realidade o sonho de milhares de mulheres: “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos!”

O PNDTR não é apenas mais um serviço de emissão de documentos, ele inova ao se dirigir especialmente às mulheres trabalhadoras rurais que são o contingente mais afetado pela ausência de documentação. Além da documentação civil e trabalhista, elas recebem informações e orientações sobre direitos sociais e como acessar as políticas da agricultura familiar e da reforma agrária. Essa é uma ação de promoção da cidadania que se integra a outras iniciativas voltadas para a inclusão econômica e social. Elas convergem para o desafio de transformar em conquistas as lutas das trabalhadoras rurais por reconhecimento e construção da igualdade.

Sem documentos não há cidadania, sem cidadania não é possível garantir os direitos conquistados pelas mulheres. Trabalhar pela sua efetivação é compromisso de todos os dias!

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres


Guilherme Cassel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

um dos caminhos para a
igualdade, autonomia e
cidadania das mulheres



A woman is shown from the chest up, holding a framed birth certificate and a blue CPF card. The birth certificate features a black and white portrait of a woman. The CPF card is blue with the letters 'CPF' in large white font. The woman is wearing a black and white patterned top.

No Brasil, a possibilidade de exercer a cidadania ainda é um desafio. Apesar do processo de redemocratização, na prática sequer as condições básicas para garantir a universalização de acesso a serviços, ao exercício da democracia mesmo que restrita à democracia representativa, o gozo da identidade nacional em termos formais e a liberdade de ir e vir estão plenamente garantidos. Trata-se de cidadãos/ãs que, por não terem acesso à documentação civil, encontram-se impedidos de gozar de direitos básicos.

No Brasil há uma escassez muito grande de informações sobre a ausência de documentação civil e trabalhista. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até este ano (2007), só dispunha de informações sobre o subregistro de nascimento com descrição do sexo. Informações sobre ausência de cada um dos documentos não são disponíveis no Estado brasileiro ainda.

Para além da ausência da quantificação do problema, vários programas governamentais enfrentam a barreira da chamada indocumentação e problemas estruturais que cercam o tema

carecem da devida solução, a dizer: dispersão de órgãos e documentos a serem emitidos, falta de capilaridade, ausência de recursos na população pobre para custear a emissão. Patriarcalismo na legislação que regulamenta a emissão dos documentos civis, falta de reconhecimento da cidadania plena das mulheres e dos seus direitos econômicos, incluindo aí a igualdade no trabalho.

O longo e difícil percurso pelo direito a ter direitos

Os problemas têm início na formação social do país e seu antepassado com governos coloniais que, junto à igreja católica, vincularam o acesso à identidade ao poder patrimonial e eclesial. No Brasil, o direito básico de registrar o nascimento foi uma atribuição da igreja, realizada por meio do atestado de nascimento conferida no momento do batismo religioso. Mais tarde, esta função passou a ser uma atribuição do poder privado dos cartórios civis. Estas instituições não mais representam o poder econômico, mas ainda gozam de autonomia para fazer valer o direito à identidade em nosso país.

A certidão de nascimento foi instituída no Brasil no final do século XIX, em 1890. A partir daí, inicia-se a regulamentação do registro civil baseado num modelo em que o Poder Público delega ao setor privado a função de lavrar e manter a integridade dos registros (hoje equivalente a uma rede de 8000 cartórios). O

Brasil é um dos poucos países que delegou ao poder privado a atribuição de registro civil de pessoas naturais. Atualmente a legislação que normatiza o registro civil é a Lei n.6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Desde então, o registro civil e a primeira certidão são emitidas gratuitamente e dentro do prazo de quinze dias.

Apesar da Lei 9.534, de 1997, que amplia as possibilidades de emissão gratuita do registro de nascimento, ainda não foi erradicado o subregistro de nascidos vivos e uma grande proporção de brasileiros e brasileiras adultos/as e/ou idosos/as ainda não tiveram acesso ao registro civil. Sem a Certidão de Nascimento não é possível obter a Carteira de Identidade, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o Título de Eleitor e a Carteira de Trabalho.

A emissão do Registro de Identidade, mais conhecida como Carteira de Identidade em nosso país, foi criada em 1904. Para obter este documento é necessário ter a Certidão de Nascimento ou a Certidão de Casamento, além de três fotos de tamanho 3x4. Este registro vincula-se à segurança nacional e a Polícia Civil é o órgão responsável por sua emissão. Em outros países da América Latina, os responsáveis são órgãos eleitorais. A institucionalidade da segurança nacional também guarda especificidades, já que implica na relação entre Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e governos estaduais, através das suas secretarias de segurança pública, além dos governos municipais. Cada órgão possui sistemas próprios de registro, capilaridades e formas de integração diferenciadas com órgãos responsáveis pela emissão de documentos tais como: secretarias de trabalho, de direitos humanos, entre outras. O tipo de cobrança pela emissão de tal registro têm especificidades em cada lugar do país e, portanto, repercussões diretas sobre o seu acesso.

Para a emissão do registro como trabalhador ou trabalhadora (Carteira de Trabalho) é necessário apresentar duas fotos de tamanho 3 x 4, os documentos de identidade que comprovem a filiação e o local de nascimento. Isso implica em enfrentar o desafio de já ter superado os problemas acima relatados, além de ter acesso a locais de emissão do documento e, na maioria dos casos, ter que resolver previamente a posse da fotografia. Somam-se a estas dificuldades, o reconhecimento ocupacional ou profissional a ser incluído neste registro.

Decorrem dos direitos ao trabalho, a seguridade social e previdenciária. A proteção social sobre o trabalho ainda não é universal e para obtê-la é necessário ter acesso a um sistema de registro próprio que, por sua vez, exige comprovações civis e/ou trabalhistas. Novamente capilaridade do órgão responsável e pré-requisitos exigidos permanecem como desafios para o acesso ao

registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Hoje a rede conta com 1431 unidades de atendimento no país.

Qualquer transação comercial, financeira ou econômica exige um outro registro: o CPF. Neste caso, instituições bancárias ou os correios garantem esses serviços. A população rural que não conta com rede bancária ou agência de correios depende de deslocamentos para o seu acesso. Também enfrenta dificuldades adicionais pela cobrança de taxas para realizar este cadastro e a necessidade de comprovação de filiação e personalidade eleitoral. Multiplicam-se assim as dificuldades para ter acesso a este direito de registro e, muito pior, ampliam-se as barreiras para a efetivação dos direitos econômicos, entre eles, o acesso à terra e ao crédito.

O direito a ter direito é condicionado pela possibilidade de possuir recursos financeiros para se deslocar entre grandes distâncias, comprovar a auto-imagem através da fotografia e custear pagamento de taxas de emissão de documentos. Estas dificuldades são acrescidas de uma grande diversidade de registros para distintos objetivos que provocam a construção de um longo itinerário para tornar-se cidadão e cidadã em nosso país.

Estes problemas institucionais devem ser enfrentados, de modo a buscar uma maior unicidade dos sistemas de registro. A Lei nº. 9454, de abril de 1997, que prevê a criação do número único de Registro de Identidade Civil, ainda não foi implementada. Para além da criação desta nova institucionalidade, é preciso garantir a capilaridade dos órgãos responsáveis pela emissão do referido registro, além de criar as condições para a isenção de taxas e confecção de fotografias, e assim tornar o direito à documentação um direito universal. Para que isso ocorra, também é fundamen-



Os movimentos sociais, especialmente o das mulheres, são protagonistas da luta em prol de melhores condições de vida e de trabalho.



tal observar como estes problemas recaem de forma diferenciada sobre a população.

Acesso desigual à documentação civil e trabalhista

As desigualdades entre homens e mulheres estruturam as relações sociais e se manifestam também na obtenção da cidadania formal. Por esse motivo, as mulheres enfrentam barreiras adicionais, já que o estado civil condiciona o acesso à documentação, assim como o exercício da chefia familiar por parte dos homens e a falta de reconhecimento social do trabalho feminino como uma atividade produtiva. Estes motivos explicam porque a ausência de documentação em nosso país tem predominantemente como alvo as mulheres e, em especial, as trabalhadoras rurais. São dificuldades que se materializam nas normativas que regem a emissão de documentos e em diversas práticas institucionais e relações sociais de poder na família e na comunidade no momento de buscar a documentação civil.

Ao analisar as normativas que regulam a emissão de documentos civis podemos observar um forte viés de gênero. A chefia familiar, por exemplo, está presente na emissão de Certidão de Nascimento que é permitida em período superior aos 15 dias nos casos onde o pai – figura responsável para declaração de nascimento das crianças – esteja ausente ou impedido de fazer esta declaração. Somente nesta situação a mãe, o parente mais próximo, administradores de hospitais, médicos, parteiras ou pessoa idônea da casa onde ocorreu o nascimento, poderão solicitar o registro em quarenta e cinco dias.

Como se observa, prevalece a figura masculina no momento de declaração de nascimento. À mulher cabe apenas a função de substituição do homem “chefe da família”, mas não tão somente a ela cabe esta função, outras pessoas que sequer guardam relação de parentesco com a criança podem vir a substituir o pai.

O estado civil das mulheres, por outro lado, determina a emissão de outro documento civil de grande importância: a Carteira de Identidade. Quando a requerente é uma mulher com estado civil de casada, viúva ou separada judicialmente, ela deve, obrigatoriamente, apresentar a certidão de casamento, regra que não se aplica aos requerentes do sexo masculino. Este fato ajuda a entender porque até meados da

década de 80 o principal documento utilizado para declaração da identidade era a certidão de casamento.

Para além dos aspectos jurídicos que cercam a emissão dos documentos civis, as relações sociais prescrevem a chefia familiar e o trabalho rural como função masculina. Por esse motivo, documentos relacionados aos direitos trabalhistas tinham a representação destes. É o caso da filiação sindical que, até os anos 80, ocorria exclusivamente para os “homens da casa”. As mulheres rurais só tinham acesso à sindicalização pela carteira do pai, do marido ou do irmão. Não lhes era permitida uma carteira individual.

A falta de reconhecimento social, bem como de auto-reconhecimento do trabalho das mulheres como trabalhadoras rurais, levam à invisibilidade e dificuldade para o registro da sua profissão na hora de emitir a Carteira de Trabalho. Ainda muitas declaram ser donas de casa e não trabalhadoras rurais, apesar dos movimentos sociais de mulheres terem desenvolvido muitas campanhas para o reconhecimento do trabalho e o estado brasileiro ter avançado na incorporação destas nas políticas públicas.

Isto pode ser entendido pela construção social da identidade das mulheres. Predomina na sociedade brasileira a dependência em relação à figura masculina da família: do pai, do irmão ou do marido, já que existe uma prescrição no exercício da representação formal da família que estabelece a figura masculina como chefe.

Menos documentos, menor acesso às políticas públicas

Além das dificuldades já elencadas na obtenção de documentação civil, as mulheres rurais enfrentaram práticas institucionais concebidas a partir da chefia familiar masculina e a falta de reconhecimento do seu trabalho também nas políticas públicas da reforma agrária e da agricultura familiar, apesar dos direitos constitucionais conquistados.

O problema têm início na falta de documentação. Para a Agricultura Familiar o melhor exemplo é o acesso ao crédito produtivo. Segundo o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), cerca de 60% das restrições cadastrais das mulheres para o acesso ao Pronaf (safra 2003/2004) e ao microcrédito se refere à ausência de documentação, especialmente o Registro Civil e o CPF.

Igualmente para as políticas da Reforma Agrária, a partir dos dados obtidos no último cadastro realizado pelo Incra para o ano de 2003 junto aos acampados/as nos 27 estados da federação, 22% dos entrevistados apresentam restrições cadastrais por ausência de documentos.

A representação masculina da família esteve presente até 2004 nos formulários de inscrição ou habilitação para as políticas públicas nesta área. O formulário de inscrição de candidatos/as ao Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como a relação de beneficiários ao programa e os documentos que oficializam o acesso ao contrato de concessão de uso ou domínio do lote do assentamento, tinham os homens como titulares da família e as mulheres, mesmo que casadas ou vivendo uma união estável, apareciam como cônjuges dos titulares. O problema que essa situação gerou e ainda gera para os contratos ou títulos de domínio firmados anteriores à Portaria 189 do Incra, que estabeleceu a obrigatoriedade do título de domínio ou contrato de concessão de uso para as famílias assentadas constituídas por um casal (convivendo sobre o regime de casamento ou de união estável), é uma condição vulnerável das mulheres com a terra. Em situação de separação ou morte do marido ou companheiro e por não usufruir da condição de titulares, as mulheres ficavam à mercê da sorte ou da vontade do companheiro.

Da mesma forma, na Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap), as mulheres constavam como titulares da família num percentual equivalente a 12% do total de contratos de crédito. O seu aparecimento também figurava predominantemente na condição de cônjuge. Como consequência prática na hora de solicitar o crédito, seja para toda a família, seja o crédito especial para as mulheres, elas ficavam dependentes do marido.

O Programa de Documentação costuma mobilizar as comunidades como no mutirão em Flexeiras(AL).



As normativas que regulamentam estes programas mostram como a invisibilidade do trabalho das mulheres tinham forte expressão nas políticas públicas no meio rural.

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais: revelando as bases da desigualdade

Os movimentos sociais, especialmente o das mulheres, é que foram protagonistas da denúncia, da busca de soluções e tiveram expressão a partir das lutas sociais desenvolvidas na década de 80. A falta de documentos é compreendida por estas personagens no contexto da desigualdade de gênero e do acesso desigual à produção material, cultural e social. Em âmbito nacional, o debate sobre a documentação das trabalhadoras rurais alcançou notoriedade quando, em 1997, a Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR) lançou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural com o lema "Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos". As trabalhadoras rurais passaram a sensibilizar o movimento sindical rural, Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, os governos (federal, estadual e municipal) em torno da Campanha. Estabeleceram parcerias com órgãos governamentais e ONGs para a realização dos mutirões de documentação. Também elaboraram material educativo (cartilhas, cartazes e folhetos) para divulgação das propostas. Nos mutirões elas aproveitavam a oportunidade para também criar espaços de reflexão e debate com as próprias trabalhadoras rurais.

No Nordeste, a Campanha foi organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE) e parceiras/os. Entre os anos de 1997 e 2001, a Campanha tornou-se prioridade do Movimento, que coordenou diversas ações e mutirões de documentação em vários municípios.

Paulatinamente à realização da Campanha, as mulheres em várias oportunidades políticas pressionaram o Governo Federal para que assumisse a emissão de documentos civis e trabalhistas como política pública destinada prioritariamente às trabalhadoras rurais. Na primeira edição da Marcha das Margaridas (2000) a demanda por documentação era o primeiro item da pauta de reivindicações.

Avanços recentes

Desenvolver políticas para as mulheres no contexto rural implica em reconhecer estes problemas e adotar uma estratégia de superação dos principais entraves à sua autonomia econômica. O início dessa estratégia está na possibilidade de tornar as trabalhadoras rurais qualificadas para acessar os seus direitos: esta é a tarefa do **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural**. Associada a esta agenda, deve-se também promover a inclusão das mulheres nas políticas públicas, adequando-as e criando programas específicos.

Na reforma agrária procedimentos de cadastro, seleção e habilitação das famílias no acesso a estas políticas foram alteradas com vistas à superação da chefia familiar masculina promovendo a garantia do protagonismo das mulheres nas decisões familiares e acesso aos recursos naturais e econômicos. Além disso, o Pronaf também alterou procedimentos na habilitação das famílias para garantir a participação das mulheres e programas especiais como o Pronaf Mulher, a política e o financiamento específico para o atendimento da assistência técnica voltada às organizações de mulheres trabalhadoras rurais, projetos de apoio à organização produtiva, agregação de valor e a comercialização constituíram um conjunto de programas destinados à promoção da igualdade que tem o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural como principal porta de entrada às políticas públicas.

Objetivos do Programa

- Favorecer a condição cidadã das mulheres trabalhadoras rurais através da garantia da cidadania formal, minimizando a ausência de documentação civil básica e trabalhista no campo, fortalecendo as iniciativas dos movimentos sociais na área e promovendo ação articulada do Poder Público Federal com vários órgãos da administração direta e indireta;
- Possibilitar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas, especialmente da agricultura familiar e da reforma agrária, através do atendimento das condições básicas para a sua inclusão;
- Orientar as trabalhadoras rurais sobre seus direitos e as políticas públicas por elas conquistadas, que são executadas pelo poder público;

- Ampliar a participação e o controle social do Programa através da participação no Comitê Gestor Nacional e nos Comitês estaduais e territoriais.

Público

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural atende o setor de mulheres mais empobrecido do meio rural: agricultoras familiares, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas.

Inovações do Programa

O Programa tem articulado, pela primeira vez na história do Brasil, muitos organismos governamentais e não-governamentais para realização de uma ação que garante a efetivação da cidadania e o acesso das políticas públicas para as mulheres no meio rural. É inovador também porque prevê a conscientização sobre a necessidade e a utilidade da documentação civil e trabalhista, além da orientação de acesso a políticas públicas para as mulheres na reforma agrária, na agricultura familiar e previdência social.

Possibilita a emissão de forma gratuita dos documentos civis, trabalhistas e de acesso a direitos previdenciários, bem como a inclusão bancária. Além disso, ocorre nas proximidades do local de moradia das mesmas.

Outra inovação é a constituição de mecanismos de planejamento, participação e controle social por parte dos movimentos sociais através da constituição dos comitês gestores nacional e estaduais, que também garantem e fortalecem a ação integrada de todos/as os/as parceiros/as do Programa de forma permanente.



As cidadãs que não têm acesso à documentação ficam impedidas de gozar de direitos básicos.

Execução do Programa

Parcerias

O Programa foi constituído por meio de parcerias com órgãos governamentais, através de termos de cooperação, e da sociedade civil. Em âmbito nacional, estes organismos apóiam a execução e acompanham as atividades do Programa destinando servidores/as para a emissão de documentos nos mutirões, bem como a realização de ações de suporte, mobilização e montagem da infra-estrutura do Programa. Entre estes estão:

- Secretaria Nacional de Direitos Humanos: Registro de Nascimento (RN),
- Ministério da Justiça: Carteira de Identidade (CI),
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: difusão e apoio ao Programa,
- Ministério do Trabalho e Emprego: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
- Ministério da Previdência Social: registro no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e desenvolve ações de educação previdenciária,
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: carteira de pescador/a,
- Receita Federal: Cadastro de Pessoa Física (CPF),
- Caixa Econômica Federal: Cadastro de Pessoa Física (CPF),
- Banco do Nordeste do Brasil: mobilização, apoio à infra-estrutura e orientação para obtenção do crédito,
- Governos Estaduais: Carteira de Identidade (CI),
- Prefeituras: apoio à infra-estrutura.

Parcerias com a sociedade civil

As/os parceiras/os privilegiadas/os da sociedade civil são:

- Comissão Nacional das Mulheres da Confederação Nacional das Mulheres da Contag,
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC),
- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE),
- Setor de Gênero do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB),
- Comissão de Mulheres da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Fetraf).

Gestão

O Programa tem sua gestão constituída por um comitê composto pelos parceiros em nível nacional, que tem como objetivo acompanhar e propor rumos conforme as sugestões dos diversos parceiros envolvidos no processo. A coordenação é do Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e do Inkra da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Através de comitês estaduais que são coordenados pelas Delegacias Federais do MDA e Superintendências Regionais do Inkra os/as parceiros/as governamentais e da sociedade civil nos estados analisam a demanda a ser atendida, definem os municípios beneficiados e discutem as ações de mobilização e execução dos mutirões itinerantes para documentação.

Para orientar a execução do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Ministro e o Presidente do Inkra assinaram a Norma Conjunta de Execução nº 1, de 22 de fevereiro de 2007, definindo procedimentos e atribuições.

Desafios

Apesar dos avanços obtidos nestes três anos, os desafios para universalizar este direito são grandes e implicam em redefinições institucionais, tais como a implantação de registros únicos, ampliação da capilaridade dos órgãos responsáveis pela emissão de documentos, ampliação de ações educativas associadas aos mutirões sobre direitos, bem como integração maior com outras políticas públicas. Esta é a nossa agenda do futuro.

A seguir, acompanhe por meio de gráficos o desenvolvimento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e, finalmente, nas próximas páginas, a opinião das/os parceiras/os dos diversos órgãos governamentais e da sociedade civil que resultam da gestão participativa.

Andréa Butto

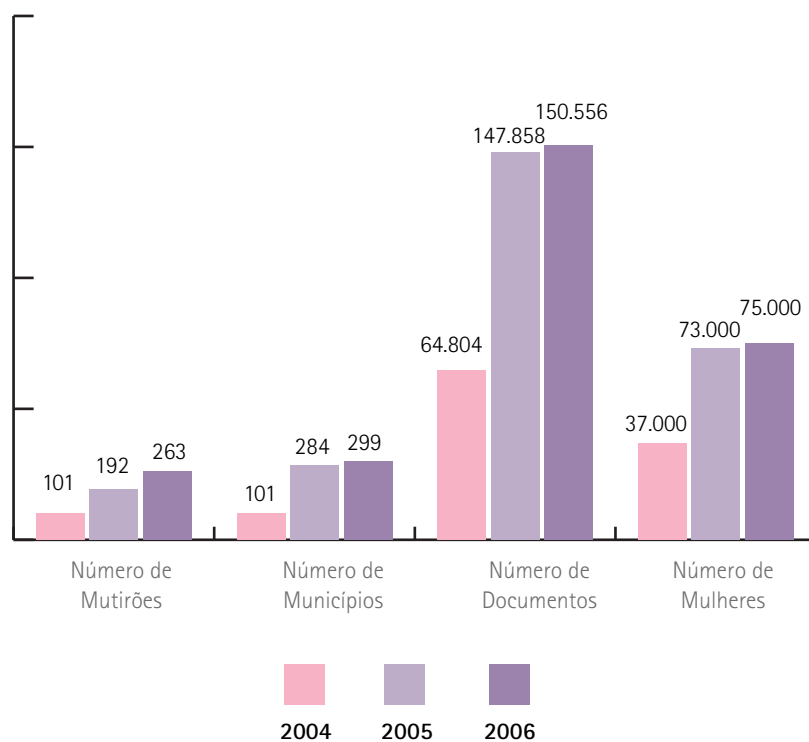
Coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA

Maria Aparecida Campos

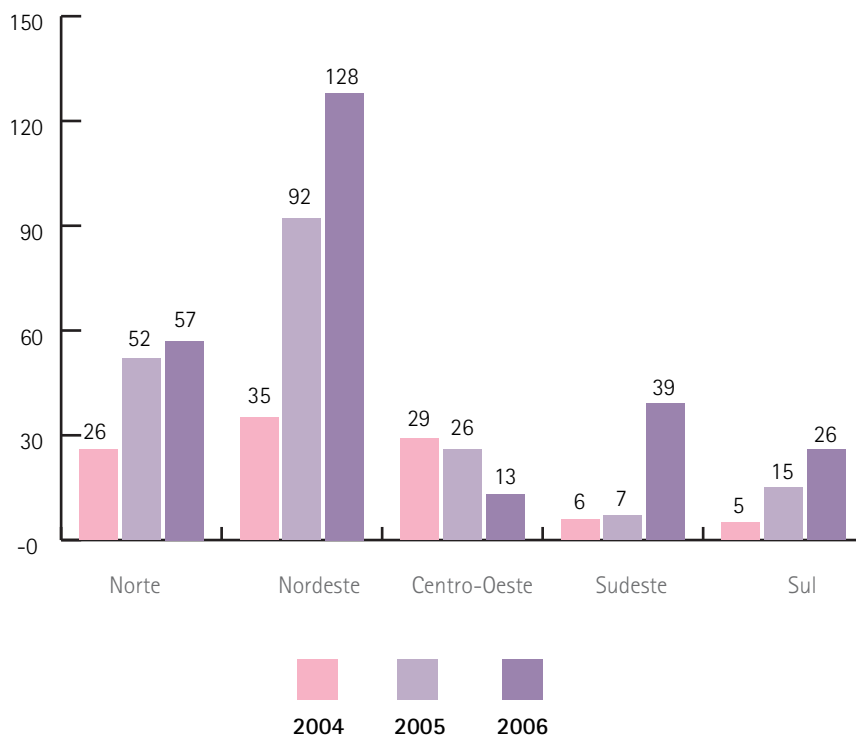
Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Política Agrária do Incra



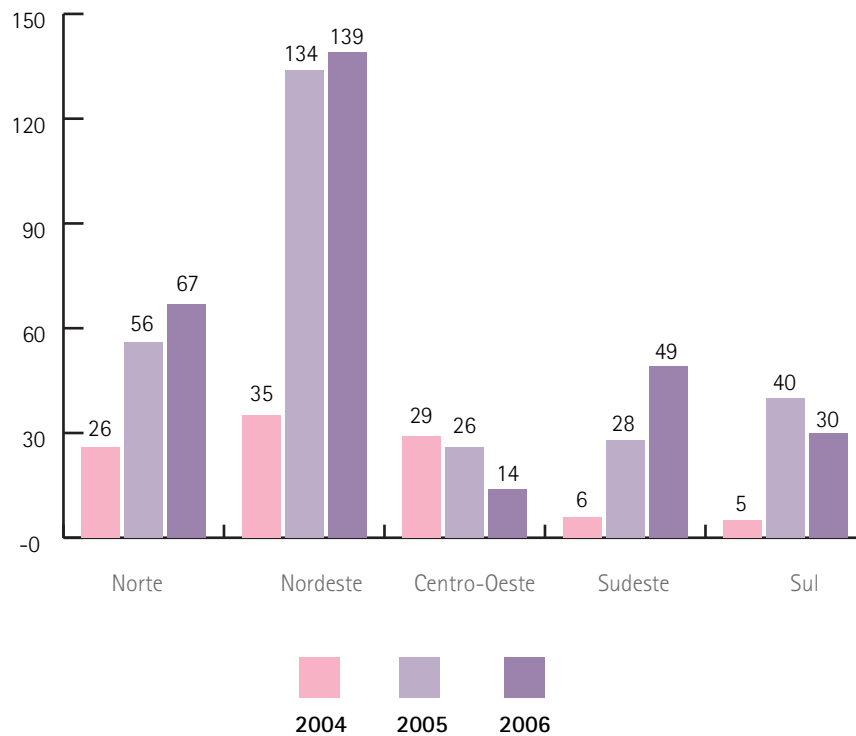
Mapa de Execução Nacional do PNDTR



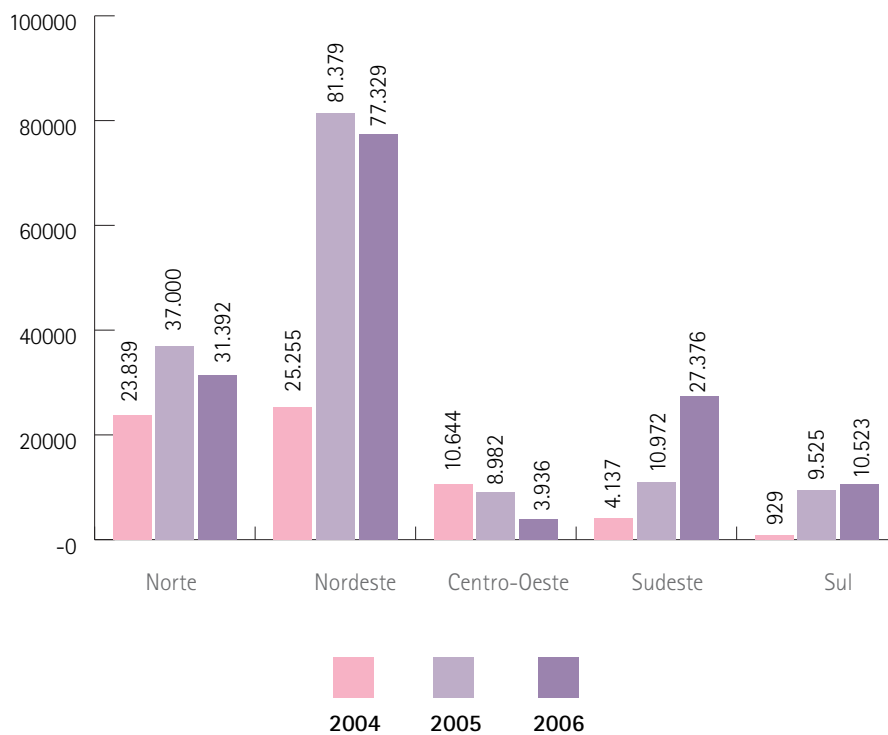
Mutirões nas Regiões



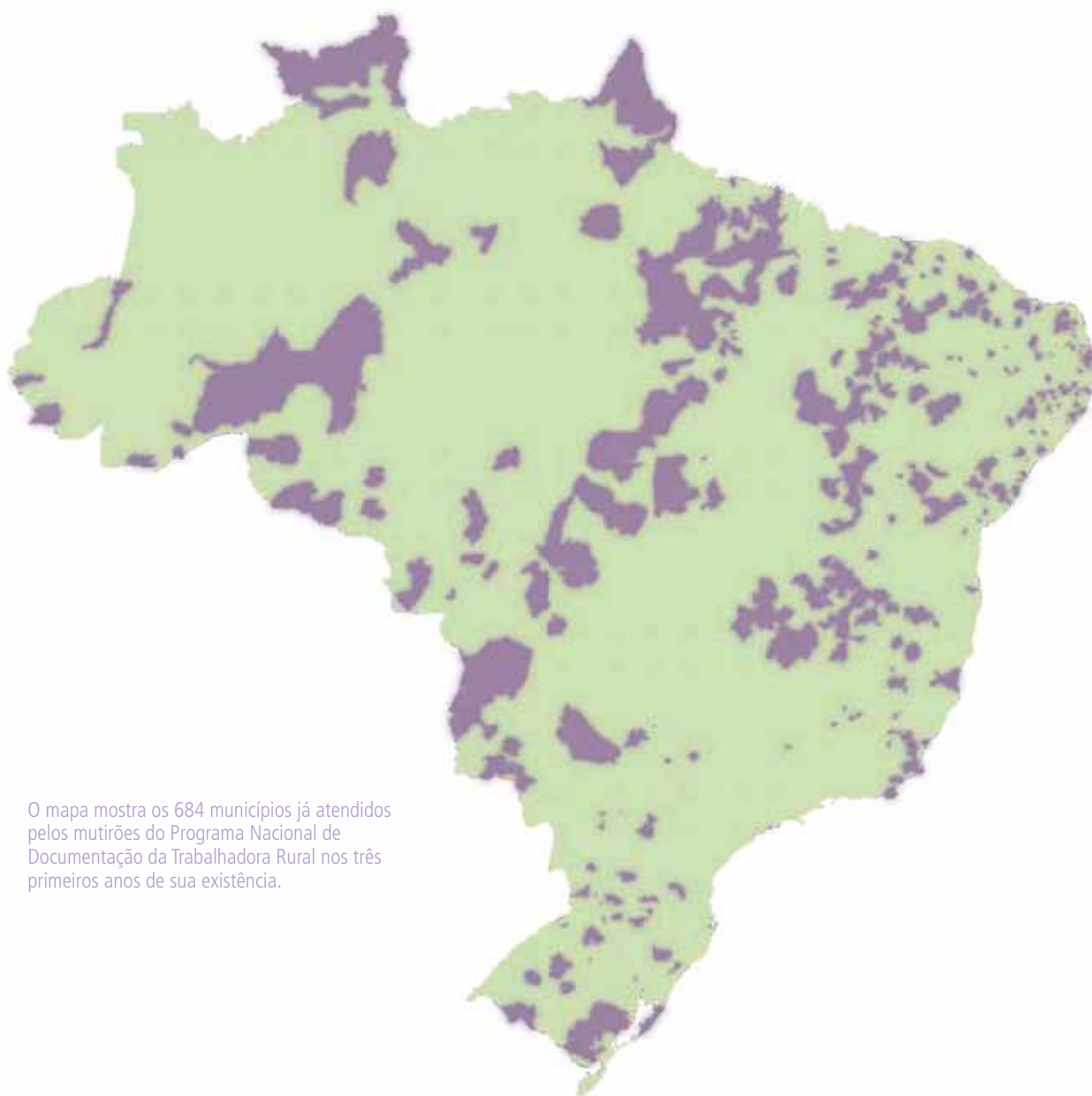
Municípios Atendidos nas Regiões



Documentos emitidos nas regiões



Municípios já atendidos pelo Programa de Documentação



O mapa mostra os 684 municípios já atendidos pelos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural nos três primeiros anos de sua existência.

Senasp leva Identidade aos rincões mais distantes do país

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), participa dos Mutirões de Documentação com a emissão gratuita da Carteira de Identidade pelos Institutos de Identificação nos estados. Vários/as funcionários/as desses Institutos têm diversas histórias a contar sobre os mutirões. Em muitos lugares, as equipes de papiloscopistas chegam a sair com um dia de antecedência ou mais de suas cidades para realizar o trabalho, com espírito de aventura. Podem andar de canoa ou balsa, e chegam, algumas vezes, a levar colchão ou rede para dormirem próximos aos locais dos mutirões. Telma de Azevedo Silva Moraes, diretora do Instituto de Identificação de Cuiabá(MT), já acompanhou um dos mutirões no estado. “As equipes são muito bem recebidas nos mutirões, em alguns assentamentos chegam até mesmo a fazer churrasco para nós”, lembra ela.

Os mutirões conseguem atender muitas mulheres que passaram anos e anos sem ter acesso a vários documentos, entre eles a carteira de identidade. “A gente vê nesses eventos muitas mulheres idosas fazerem sua carteira de identidade pela primeira vez, porque nunca tiveram essa oportunidade antes...é emocionante perceber as mãos calejadas das lavradoras no momento que elas vão fazer as digitais”, conta Telma. “As mãos de algumas agricultoras são tão calejadas que elas têm de passar uma pomada nos dedos para voltarem a ter digitais”, diz Elena Ferreira Lima, papiloscopista de Cuiabá. “As viagens para trabalharmos nos mutirões de documentação no interior muitas vezes são cansativas, mas ao mesmo tempo é gratificante demais, a gente acaba virando educadora nesses lugares. Antes de ir a primeira vez, eu não tinha noção nenhuma da realidade que aquelas mulheres vivem”, conta Elena.

Maria Lopes Sampaio da Silva, moradora do assentamento de Pompeu (CE) é uma dessas mulheres como tantas outras pelo Brasil a fora que lutam

com sacrifício pelo pão de cada dia na zona rural. Tem doze filhos: dez homens e duas mulheres. Num dos mutirões daquele estado, tirou o documento de Identidade. Tinha apenas o Registro Civil de Nascimento e Título de Eleitora. Os dois filhos mais velhos não tinham ainda Registro de Nascimento. “Me senti bem em tirar o documento. Fiquei alegre, né. Não recebo nada do governo, nenhuma dessas bolsas. Acho que é porque não tinha documento. O marido é que tinha, eu não”, conta Maria.

Nos mutirões, os documentos são emitidos gratuitamente, o que facilita ainda mais o acesso das pessoas a essa ação. “Era tão ruim quando perguntavam de minha identidade e eu falava que não tinha. Já tive oportunidades de fazer o documento, mas não tinha como pagar”, explica Teresinha Oliveira, agricultora de 60 anos, moradora de Ronda Alta (RS), que fez sua identidade num dos mutirões em seu estado, no ano passado. Ela, satisfeita, já anima as pessoas de sua comunidade para o próximo mutirão: “Falo para todos que ainda não fizeram seus documentos, inclusive as crianças, que aproveitem a oportunidade”.

“Sem dúvida, o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural é de inestimável alcance social, posto que beneficia pessoas simples, de baixo poder aquisitivo e muitas sem qualquer instrução, dando-lhes um rosto e um nome no contexto social, sem abdicar de outras benesses que a identificação civil possa lhes trazer em uma sociedade tão formal e despida de altruísmo”, avalia Dagoberto Garcia, chefe de gabinete do MJ/SENASP.

Os mutirões atendem muitas mulheres trabalhadoras rurais que não têm oportunidade de fazer sua identidade



Previdência ajuda trabalhadora rural a exercer cidadania

Acordo com MDA facilita requerimento de benefícios

O Ministério da Previdência Social (MPS), por meio do Programa de Educação Previdenciária (PEP), vem promovendo ações de orientação, informação e conscientização sobre os direitos e deveres dos cidadãos perante a Previdência Social. São palestras e cursos em sindicatos, associações, escolas, igrejas, comunidades indígenas, prisões, feiras livres, rodovias, entre outros lugares. Além disso, o Programa celebra parcerias com segmentos da sociedade civil, com o objetivo de ampliar a divulgação e o acesso das pessoas aos serviços previdenciários.

Uma dessas parcerias foi o acordo de cooperação técnica firmado com o MDA para a participação da Previdência Social no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Esta parceria tem como meta ampliar a cobertura do seguro social no campo, conscientizando as trabalhadoras rurais, por meio de palestras realizadas por equipes do PEP, sobre seus direitos e sobre como proceder quanto aos requerimentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios.

O atendimento às comunidades é feito pelos mutirões itinerantes, promovidos pelo MDA e Incra, para a documentação das trabalhadoras rurais, mediante realização de ações de informação e conscientização dessas mulheres no que se refere aos seus direitos e deveres em relação à Previdência Social como instrumento de proteção da cidadania. Em algumas localidades, são utilizados os serviços do PREVMóvel e do PREVBarco, unidades móveis que levam todos os serviços previdenciários, inclusive os necessários à concessão de benefícios decorrentes da incapacidade para o trabalho.

Atualmente, as mulheres residentes em áreas rurais recebem 1,45 milhão de benefícios a mais do que os homens na mesma situação. As brasileiras que moram e trabalham no campo têm participação significativa junto à Previdência Social. Do total de mulheres residentes na área rural, cerca de 3,43 milhões são aposentadas e/ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O pagamento mensal dos benefícios rurais, cujo valor é de um salário mínimo, auxilia

no sustento da própria trabalhadora e de sua família.

Na avaliação da Coordenadora do Programa de Educação Previdenciária, Renata Silvia Melo, o Programa Nacional

de Documentação da Trabalhadora Rural aproxima, cada vez mais, a Previdência Social das brasileiras que desempenham suas atividades no campo. "Além de contribuir para o esclarecimento de seus deveres previdenciários, o Programa permite que a trabalhadora rural conheça seus direitos e assegure um futuro tranquilo para ela e seus dependentes, e ainda, propicia às trabalhadoras rurais os meios para requerimento de benefícios e serviços da Previdência Social", ela afirma.

Segurada especial - A trabalhadora rural pode ser enquadrada na categoria de segurado especial, considerando o trabalho em regime de economia familiar, por isso, tem um tratamento diferenciado em relação à trabalhadora urbana junto à Previdência Social. Sendo assim, ao requerer um benefício ela não tem, necessariamente, que comprovar contribuição, mas, sim, o exercício da atividade rural, por meio de documentos, como os emitidos pelo Incra, notas fiscais de compra de materiais agrícolas, contrato de arrendamento, entre outros. Somente por meio de comprovação a trabalhadora do campo poderá ter acesso aos benefícios e serviços da Previdência Social, como, por exemplo, a aposentadoria por idade ao completar 55 anos.



A parceria com o MDA permite à Previdência Social conscientizar as trabalhadoras rurais sobre seus direitos e como solicitar seus benefícios, como no mutirão de Machadinho(MG).

Carteira de Trabalho: levando cidadania às mulheres rurais

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) emitiu 46.286 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para mulheres, em todo o território nacional, nos anos de 2005 e 2006, durante os Mutirões de Documentação, como resultado da parceria com o MDA e o Incra. A participação desse Ministério nos mutirões ocorre com o apoio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), Sub-Delegacias e Agências de Atendimento. Nos estados, seu trabalho se realiza em cooperação com órgãos do Incra e das Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário, que indicam a área de atuação e acionam órgãos do MTE para defini-la. Além disso, o Ministério do Trabalho fornece também os documentos e treina emissores.

Rita Aparecida Gomes, Chefe da Seção de Emprego e Salário da Delegacia Regional do Trabalho em Belo Horizonte (MG), já passou 15 dias acompanhando um mutirão com funcionários do Incra no Vale do Jequitinhonha, em seu estado. "Nesses mutirões, a gente vira psicólogo, médico, educador, de tudo um pouco, pois geralmente as pessoas atendidas são muito carentes de informação", conta Rita. Ela lembra que, naquele mutirão, encontrou muitas pessoas que sequer haviam tirado uma fotografia na vida, e a fornecida pelo Incra para a Carteira de Trabalho seria a primeira.

Wilson Ribeiro de Souza, Chefe do Setor de Informação e Registro Profissional da DRT em Belém(PA), conta que, nos mutirões em seu estado, às vezes conta com a participação de voluntários das prefeituras para ajudar a atender a população e a emitir as carteiras: "Esse trabalho é gratificante para nós, os mutirões nos levam praticamente à casa das trabalhadoras rurais, temos um contato muito próximo com o povo. Vários dos voluntários que participam nos mutirões gostam tanto que muitas vezes pedem para participar de novo".

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, mesmo em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada. A Carteira, regularmente anotada pelo empregador, é prova formal do contrato de trabalho, com conseqüente

reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários. A observância da formalidade do contrato de trabalho possibilita à trabalhadora o direito a remuneração, férias, décimo terceiro salário, depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acesso ao Seguro Desemprego, no caso de dispensa imotivada, contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria, benefícios previdenciários por acidente do trabalho, por doença profissional, habilitação de dependentes na Previdência Social, dentre outros. "O titular da CTPS regularmente anotada e em ordem pode ser favorecido também para usufruir de crédito no comércio e em bancos", diz Joaquim, fiscal do trabalho da DRT/MG.



A Carteira de Trabalho facilita a trabalhadora rural na busca de seus direitos.

Mulheres pescadoras são incluídas no Programa de Documentação

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) procura incluir em todos os seus programas e ações a promoção da igualdade de gênero, valorizando a mulher trabalhadora da pesca e da aquicultura e promovendo seu reconhecimento como parte integrante do regime de economia familiar. “Nesse sentido, a parceria da Seap com o MDA no Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural foi importante para atingir um maior número de trabalhadoras”, afirma a coordenadora-geral de Pesca Artesanal da Secretaria, Maria Luiza Moretzsohn. Nos mutirões de documentação, 920 carteiras de pescador/a foram emitidas, de 2004 a 2006.

Segundo Maria Luiza, a mobilização nacional obtida pelos mutirões de documentação das trabalhadoras contribuiu para tornar mais abrangente o Programa de Valorização do Pescador Profissional, mantido pela Seap e que tem como um dos objetivos garantir às mulheres pescadoras artesanais o acesso ao documento profissional da categoria – a Carteira de Pescadora. A ampliação do acesso das mulheres pescadoras e aqüicultoras familiares à documentação profissional foi uma das principais reivindicações do 1º Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, promovido pela Seap em 2004, em Luziânia(GO).

A Seap verifica os roteiros dos municípios a serem atendidos pelos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, apresentados pelo MDA e Incra, e procura se inserir nos mutirões naqueles municípios onde há demandas de pescadoras. Um dos estados nos quais a Seap participou de mutirões do Programa foi o Rio Grande do Sul, nos municípios de Tavares e Mostardas, em 2005.

“A experiência de 2005 foi muito válida, pois possibilitou o contato com a realidade daquelas comunidades trazendo subsídios à formulação de políticas públicas para o setor da pesca no nosso estado”, conta Ana Laura Martins, da Seap/RS.

No ano passado, a Seap concluiu o recadastramento nacional, destinado a incluir trabalhadores e trabalhadoras da pesca que atuavam na informalidade e que, por isso, estavam excluídos do sistema de seguridade social. O traba-

lho, que envolveu comunidades pesqueiras de todo o país, buscou também atualizar e moralizar o

cadastro, excluindo “falsos pescadores” que recebiam benefícios indevidamente. Quarenta mil mulheres pescadoras, que não tinham registro profissional, fizeram seu cadastro e já estão recebendo suas Carteiras, garantindo direitos como aposentadoria e seguro-desemprego (pago durante o período do defeso, quando os peixes se reproduzem e, por isso, a pesca fica proibida). Outras 70 mil, que já tinham registro, se recadastraram, confirmando sua inclusão. Ao todo, são quase 110 mil pescadoras artesanais registradas em todo o país, o que indica que as mulheres representam mais de um quarto do total de pescadores cadastrados até agora, em torno de 400 mil.

A taxa de R\$ 10 para emissão da Carteira, cobrada anteriormente, foi abolida, e o documento passou a ser gratuito para facilitar o acesso. Os dados obtidos pelo recadastramento também tornarão possível ao Governo Federal traçar um perfil das pescadoras brasileiras, instrumento importante no planejamento de políticas públicas para promoção da igualdade em gênero e para a inclusão social e política das mulheres.



A Seap procura incluir em suas ações a promoção da igualdade de gênero, valorizando a mulher trabalhadora da pesca e da aquicultura.

Programa se articula com Mobilização Nacional para o Registro Civil

O Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural atua articulado com a Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). O Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA e o Incra são membros do Comitê de Coordenação Nacional dessa mobilização que envolve centenas de instituições nas três esferas de Governo.

Além disso, as asseguradoras do Programa de Documentação participam da organização da Campanha Permanente de Sensibilização e Mobilização da População para o Registro Civil de Nascimento, sobretudo ajudando a sensibilizar a população rural para a importância desse documento. “Elas são os principais agentes federais a assumirem o papel de animadores dos eventos nacionais dessa campanha nos estados, articulando e movimentando as comissões estaduais e garantindo a realização dos mutirões a partir da ação dos órgãos que participam dessas comissões”, explica a assessora do SEDH Leilá Leonardos. Em contrapartida, o trabalho do Programa de Documentação é facilitado nos estados por essa rede de articuladoras.

As ações de mobilização realizadas vem contribuindo para a redução do subregistro de nascimento, que segundo os últimos dados lançados pelo IBGE em dezembro de 2005, caiu de 20,9% (mais de 830 mil nascidos vivos/ano sem registro) em 2002 para 11,5% (374.540 nascidos vivos/ ano sem registro) ano base 2005. A mobilização nacional vem sendo muito importante para recuperar os registros tardios e pautar o assunto nas agendas municipais, com vistas à universalização do registro a todo cidadão.

Os indicadores do IBGE e a notificação de que os programas de combate à pobreza esbarravam num contingente grande de adultos não registrados fizeram com que a SEDH desencadeasse a Mobilização Nacional, uma vez que o registro civil de nascimento é a porta de entrada para os direitos de cidadania e pré-requisito para o relacionamento da pessoa com o Estado.

O Programa de Documentação atua articulado com a mobilização nacional para o registro civil de nascimento. Na foto, senhora que fez sua certidão de nascimento por um dos mutirões no Piauí.



Essa mobilização para o registro civil é realizada a partir da articulação de vários órgãos governamentais como ministérios e órgãos dos executivos estaduais e municipais, tribunais de justiça e Ministério Público, defensorias públicas, assembléias legislativas, conselhos de direitos, entidades não governamentais, dentre elas, as duas Associações de Registradores: a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), além de diversos organismos internacionais, em especial o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Secretaria de Políticas para as Mulheres articula o Programa junto a instituições parceiras

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), além de integrar o Comitê Gestor Nacional do Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, articula o Programa junto aos conselhos dos direitos da mulher e aos órgãos dos executivos municipais e estaduais de políticas para as mulheres, ou seja, das coordenadorias e secretarias de mulheres, para a sua divulgação e a participação institucional nos mutirões de documentação.

A SPM também exerceu papel fundamental na articulação de outras instituições parceiras do Programa, especialmente junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja ação resultou num acordo de cooperação técnica, assinado entre SPM, MDA e BNB na implantação do Programa de Documentação e, em especial, o cumprimento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), no que diz respeito às ações relacionadas com a documentação e o acesso ao crédito pelas mulheres rurais, na área de atuação do BNB. A SPM também produziu spot para programas de rádio com o objetivo de ajudar na divulgação dos mutirões de documentação realizados em diferentes municípios e estados do país.

“A resposta do Governo Federal a esta realidade, através da ação do MDA, tem sido um dos melhores exemplos de incorporação de políticas de gênero em todas as ações de um ministério”, afirma a Ministra Nilcéa Freire. O diálogo e a produtiva parceria entre a SPM e o MDA têm alcançado resultados significativos. O programa possibilitou a emissão gratuita de documentos civis para mais de 190 mil trabalhadoras rurais, alcançando com este resultado aproximadamente 70% da meta estabelecida no PNPM, que visa beneficiar 250 mil trabalhadoras rurais até 2007. “Isto também significa a promoção do empoderamento, da autonomia e participação mais efetiva das mulheres rurais no gerenciamento, produção, financiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar.”, avalia a Ministra Nilcéa Freire. Para a SPM, esta parceria com o MDA e outros parceiros neste Programa é de extrema importância, pois demonstra, na prática, a possibilidade da realização de políticas públicas para as mulheres na perspectiva da incorporação da transversalidade de gênero entre os diversos órgãos do governo.

O Programa de Documentação integra as ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado a partir dos princípios e diretrizes deliberados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O Plano está estruturado em quatro eixos estratégicos de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não-sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento da violência contra as mulheres. As ações previstas nestes eixos têm como maior desafio a gestão transversal de políticas públicas para as mulheres nas mais diversas áreas e nas três esferas de governo. Neste sentido, a SPM tem a tarefa de coordenar a execução do PNPM, e, para isto, deve provocar as mudanças necessárias na gestão dos diversos órgãos do poder público, especialmente do Governo Federal, de forma que a perspectiva de gênero seja incorporada em sua atuação.



A SPM articula o Programa de Documentação junto aos conselhos dos direitos da mulher e aos órgãos dos executivos municipais e estaduais de políticas para as mulheres.

No Nordeste, BNB e parceiros promovem cidadania e acesso a crédito

O Banco do Nordeste (BNB) participou de 114 mutirões do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural até dezembro de 2006, como resultado do acordo de cooperação entre o Banco, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), firmado em junho de 2005, o que contribuiu para a emissão de 132.438 mil documentos, realizados em sua área de atuação.

Principal órgão do Governo Federal para a promoção do desenvolvimento do Nordeste, com atuação destacada na concessão de crédito para o segmento de agricultura familiar, o BNB assumiu o papel de articulador, junto aos parceiros locais, na montagem de toda a infra-estrutura, divulgação e mobilizações necessárias para implementar o Programa, com apoio das entidades governamentais e não-governamentais que atuam na Região.

Para o Presidente do BNB, Roberto Smith, a garantia de documentação para as mulheres, aliada ao processo de informação sobre políticas para o campo, representa uma porta de entrada para o crédito, além de um avanço social. "Trabalhamos com a concepção de que desenvolvimento não é só negócio. De nada adianta darmos somente o crédito, se não for bem orientado e responsável", acrescentou o Presidente.

Em 2006, o BNB alcançou novo recorde histórico de aplicações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), contratando mais de 675 mil operações, no montante de R\$ 1,48 bilhão. Em termos de valores, esses resultados representam um crescimento de 41% em relação ao ano de 2005. Do total, mais de 7 mil financiamentos foram contratados no âmbito do Pronaf-Mulher, uma das novas modalidades de crédito do programa implementadas em 2005, e que foi viabilizado em grande parte pelo Programa de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

A participação do BNB nesse programa envolveu o esforço direto dos Agentes de Desenvolvimento que constituem a ponta de lança da política de atuação territorial da



O BNB participa, dentro da sua área de atuação, ativamente dos mutirões de documentação.

Instituição, das equipes das agências e das células de desenvolvimento territorial do Banco em cada um dos Estados de sua área de atuação, que abrange o Nordeste e o Norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

"Além dos resultados expressivos quanto às metas, temos evidenciada a capacidade de articulação do BNB, juntamente com os produtores e entidades parceiras. Isso é extremamente positivo, pois ninguém promove desenvolvimento sozinho. Essa credibilidade que o Banco tem junto à comunidade é um capital intangível que fortalece nossa ação no processo de desenvolvimento e aumenta nossa responsabilidade", destacou a superintendente da Área de Políticas de Desenvolvimento do BNB, Sâmia Frota.

Caixa Econômica Federal: reafirmando seu compromisso na redução das desigualdades sociais



Grupo de Samba de Roda no mutirão de Aporá (BA), um dos mutirões apoiados pela Caixa.

A Caixa Econômica Federal, no Programa de Documentação, além de emitir gratuitamente Cadastro de Pessoa Física (CPF) para as mulheres, também fornece informações sobre programas de benefícios sociais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), registro do Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, Habitação, Material de Construção e Bolsa-Família, além de levar a possibilidade da bancarização a elas. Em 2006, a CAIXA participou de 183 mutirões itinerantes e emitiu 20.613 CPFs para as mulheres trabalhadoras rurais.

Em 2005, a CAIXA distribuiu nos mutirões itinerantes do Programa de Documentação de alguns estados cartilha explicativa com informações sobre o que é o Programa, a importância dos documentos civis e trabalhistas na vida da mulher e como tirá-los. O uso dessa publicação ajudou no processo informativo e de conscientização que acompanham os eventos. Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário as distribuíam em encontros e reuniões e na mobilização preparatória ao mutirão às entidades envolvidas com o evento nas escolas, prefeituras, entidades de assistência técnica e extensão rural e sindicatos. "Além disso, distribuímos a cartilha às assentadas(os), técnicas(os) e também nos seminários realizados com trabalhadoras rurais nos quais discutimos as políticas do MDA para mulheres. Cada mulher participante recebeu uma cartilha e recomendamos sua leitura, quando falamos do Programa de Documentação", conta Maria do Socorro Oliveira, assistente técnica da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA) no Rio Grande do Norte.

Os mutirões de documentação, além de promoverem a inclusão social e a informação entre as trabalhadoras rurais, foram motivo de satisfação para os funcionários da CAIXA que participaram das ações. Para Alda Maria Andrade Araújo, que trabalhou num mutirão realizado no município de Aporá (BA), o evento representou oportunidade de aprendizado, troca de experiências e difusão cultural: "Nesse mutirão houve apresentação de samba-de-roda das mulheres

da Associação das Trabalhadoras Rurais. Foi um momento de muita alegria para todos", conta Alda. Outra funcionária que ressalta também sua alegria é Célia de Hollanda Cavalcanti Soares. Ela participou de um mutirão em Capitão Eneas (MG): "Foi gratificante, apesar do exaustivo trabalho, ver os olhos das mulheres rurais brilharem quando, com palavras simples, explicávamos sobre a importância de possuir o CPF", afirma Célia.

Além da participação nos mutirões, a empresa tem realizado, há quatro anos, uma ação institucional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher com o intuito de promover a cidadania. Nas semanas de 08 de março de 2004 a 2007, as agências da CAIXA realizaram a emissão de CPF gratuito às mulheres urbanas e rurais, com o objetivo de garantir à população feminina de menor poder aquisitivo o acesso às políticas públicas do Governo Federal. Essa iniciativa já beneficiou cerca de 1,1 milhão de mulheres desde que foi implementada. Em 2006, a CAIXA participou também da 13ª edição do programa Ação Global. Este evento ocorreu, simultaneamente, em 35 municípios, beneficiando 18.772 cidadãos com CPF gratuito.

"Ao participar de programas como o de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, Ação Global e ao promover também a Semana da Mulher, a CAIXA reafirma seu compromisso de apoiar o Governo Federal na redução das desigualdades sociais e contribuir para a construção de um Brasil para todos os brasileiros.", afirma Mahria Rangel Neves, Superintendente Nacional de Fundos, Seguros Habitacionais e Sociais da CAIXA.

Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG avalia o PNDTR

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) integra o Comitê Gestor Nacional do Programa de Documentação e as Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) participam efetivamente das ações do Programa em todo o país. As Comissões Estaduais de Mulheres Trabalhadoras Rurais participam dos Comitês Gestores estaduais e os STTR's atuam na divulgação dos mutirões e mobilização das trabalhadoras rurais.

"O Programa de Documentação representa um avanço importante em direção a uma política pública de documentação das trabalhadoras e trabalhadores rurais. O Governo Federal reconhece a dívida social para com a cidadania das trabalhadoras rurais e promove ações que, além de assegurar o acesso aos documentos, contribuem para a conscientização e politização sobre esse direito", avalia Carmen Ferreira Foro, Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da Contag.

Segundo ela, a gratuidade no acesso aos principais documentos civis e trabalhistas representa um passo importante, pois a maioria das trabalhadoras rurais têm baixa renda ou não a possui. Além disso, destaca o estímulo do Programa aos mecanismos de gestão participativa com instituições, bancos e movimentos sociais e à construção de parcerias nacionais, estaduais e locais. "Essa ação direta do Governo Federal é importante para superar um dos maiores problemas enfrentados nas campanhas anteriormente: a baixa adesão dos gestores locais às campanhas realizadas pelos movimentos sociais", ela avalia.

A Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag aponta aspectos que podem ser melhorados na execução do Programa. "Com todos os esforços e avanços realizados por meio dos mutirões, esse Programa está ainda insuficiente, distante da perspectiva de política permanente para emissão de documentos a todas as trabalhadoras e trabalhadores das áreas rurais do país", avalia Carmem. Estima-se quase 9 milhões de mulheres trabalhadoras rurais sem documentos no Brasil. "Entretanto, os números oficiais disponíveis sobre documentação civil e trabalhista são

parciais e/ou incompletos, não traduzindo a realidade", ela lembra. As metas anuais estabelecidas no Programa, embora tenham sido superadas, ainda estão abaixo do necessário. "Em muitos casos, esses números incorporam encaminhamentos para emissão posterior de documentos, em especial as certidões de nascimento em cartórios locais e a carteira de identidade. Em consequência, as beneficiárias reclamam da demora, dos extravios e dos erros na entrega dos documentos", analisa Carmen.

A Contag aponta a necessidade de o Estado realizar pesquisas sobre o acesso da população do campo à documentação, identificando exatamente quantas mulheres e homens não têm documentos, onde estão localizadas as maiores demandas e quais os mais necessários. "Assim será possível melhorar a forma de planejar, acompanhar e avaliar as ações, estimulando o processo participativo nas três instâncias de governo", ela avalia. A Comissão Nacional também sugere que sejam estabelecidos locais e prazos para entrega dos documentos por meio de parcerias firmadas com as prefeituras locais e cartórios. A Contag também defende a participação dos Movimentos Sociais nos Comitês Gestores fortalecida e a criação de Comitês nos municípios.

A ausência de informações qualificadas e seguras quanto às demandas para emissão de documentos, a centralização das ações nas Superintendências do Incra e a participação dos movimentos sociais nos municípios que ainda deixa a desejar, talvez expliquem o diferenciado alcance do Programa nos estados. Para Carmem, "o sentido político de mobilizar as mulheres para a conquista dos seus direitos deve ser mais cultivado e estimulado por parte dos gestores e técnicos/as que atuam nos mutirões, bem como maiores investimentos nas ações educativas com as trabalhadoras rurais".

Os sindicatos de trabalhadores/as rurais atuam na divulgação dos mutirões e mobilização das mulheres.



Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar apoia mutirões de documentação

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil) participa do Programa de Documentação através de suas federações estaduais na Bahia, no Maranhão e na região Sul. Na Bahia, trabalhou em conjunto com o Governo Estadual, a Delegacia do MDA no estado, o Instituto Pedro Melo, o Movimento de Organização Comunitária (Moc) e outros movimentos em alguns municípios, através dos assentamentos de reforma agrária, fazendo a documentação gratuita. A Federação organiza as mulheres nos dias de mutirão, faz trabalho de conscientização com elas e divulga esses eventos nos municípios. Como a maior dificuldade no acesso ao crédito Pronaf na Bahia era a falta de documentos, o Programa de Documentação também foi estendido aos agricultores, mas sem tirar as agricultoras do foco principal.

Segundo a Secretária de Mulheres da Fetraf-BA, Maria Eliana Lima, o Programa dá oportunidade às agricultoras familiares e ao mesmo tempo dá visibilidade maior a essa nova Federação. "Esse governo se preocupou em criar uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e um setor no MDA para discutir Gênero, Raça e Etnia, questões que são debatidas entre nós desde 1999, agora conseguimos um espaço ainda maior para discutir esses temas, incluindo aí a documentação da trabalhadora rural", avalia.

Denise Knerek, Coordenadora de Mulheres da Fetraf-Sul, vê no Programa uma oportunidade para que as mulheres tenham acesso básico a informações que, sem documentos, não seria possível, como o acesso ao Crédito Fundiário, documentação profissional, entre outros. "A Fetraf-Sul trabalhou no Rio Grande do Sul em alguns municípios, mas o plano para 2007 é de atingir 22 microrregiões, atingindo mais de 800 agricultoras familiares", afirma Denise. A Coordenação de Mulheres da Fetraf-Sul está desenvolvendo o Projeto Mulher na região e dentro dele está inserida uma maior participação no Programa de Documentação.

Mariana Rodrigues, Coordenadora de Auto Sustentação da Fetraf-MA, em 2006 iniciou no programa em parceria com a Sempreviva Organização Feminista (Sof), o MDA e outros movimentos. Começaram com o levantamento de

A Fetraf participa do Programa de Documentação por meio de suas federações estaduais na Bahia, no Maranhão e na região sul.



demandas, mas não chegaram a participar do Programa no Maranhão, pela falta de informação e uma falha de comunicação com o MDA e a coordenação do projeto entre julho e dezembro de 2006. Segundo Mariana, o Programa é interessante, pois dá oportunidade às agricultoras de exercer sua cidadania.

A Coordenadora de Reforma Agrária da Fetraf-Brasil, Maria da Graça Amorim, vê o programa como um incentivo a promoção de igualdade em nosso país. "A Campanha de Documentação é, sem dúvida, uma das grandes conquistas no sentido de promover a igualdade e a oportunidade na vida das mulheres do campo, pois durante muitos anos esse direito nos foi negado", afirma Maria da Graça.

A Fetraf - Brasil nasceu com uma base de representação em 14 Federações distribuídas em 16 estados com mais de mil Sindicatos filiados. Representa milhões de famílias de Agricultores e Agricultoras Familiares, dentre estes os pequenos proprietários(as), posseiros(as), rendeiros(as), assentados(as) acampados(as) da reforma agrária e ocupantes com títulos precários de propriedade.

MIQCB: trabalhando a conscientização das mulheres

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) representa cerca de 400 mil mulheres extrativistas nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. Elas conduzem um processo informativo e educativo, fazendo reuniões com as mulheres nas comunidades abarcadas pelas regionais do Movimento, com o objetivo de priorizar as discussões a respeito da documentação e também o levantamento de quem possui documentos e quais, dentro do contexto de sua auto-estima e empoderamento.

“Percebemos que ainda há mulheres, por exemplo, que tiram os documentos apenas no período da aposentadoria. Durante as reuniões orientamos a respeito de sua importância, para onde e como encaminhar os documentos, fazemos campanha para tirar título de eleitor, informamos que o CPF pode ser retirado nos correios, e assim por diante”, afirma Ana Carolina Magalhães Mendes, da Assessoria Geral do Movimento. Além disso, o MIQCB trabalha para que várias mulheres, naquelas comunidades, tornem-se também agentes multiplicadoras dessas informações.

Mesmo antes do Programa de Documentação promovido pelo MDA o Movimento já levantava essa preocupação, hoje mais fortalecida, segundo Ana Carolina. A importância do MIQCB em participar do Programa de Documentação está no fato de este ser um Movimento de Mulheres de grande abrangência e de elas trabalharem diretamente com esse público, reconhecendo que a sua maioria ainda não está documentada, por razões diversas. “Essa discussão traz consigo a importância na vida das mulheres da posse de seus documentos, ou seja, mesmo as que já possuem reconhecem nesse trabalho a importância de tê-los enquanto cidadãs que têm a consciência de seus direitos”, avalia Ana Carolina.

Diretamente são 24 mulheres que compõem a coordenação do MIQCB, mais aproximadamente 50 lideranças nas comunidades que apoiam essa discussão nos seis regionais. Elas também participam e colocam a discussão nos espaços de representação. As organizações parceiras do MIQCB, que reforçam esse trabalho nas regionais são: Associação em áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Asse-

ma); Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ); Comissão de Mulheres de Santana, no Regional do Médio Mearim; Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Viana e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), no Regional da Baixada; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, no Regional de Imperatriz; Associação de Mulheres do Bico do Papagaio (Asmubip); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Associação dos Pequenos Produtores Agrícolas do Tocantins (Apa-TO), no Regional do Tocantins; Associação de Mulheres de São Domingos do Araguaia (Amusda), no Regional do Pará; Centro de Educação Popular Esperantinense (Cepes), no Regional do Piauí. Em todos esses Regionais o MIQCB tem apoio nas comunidades dos clubes de mães, das associações e grupos de jovens.

O MIQCB surgiu a partir da segunda metade da década de 80, num processo de enfrentamento de conflitos causados pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas e apropriadas por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias. Elas buscam, a partir da articulação no Movimento, conquistar melhores condições de vida e de trabalho e garantir seus direitos como cidadãs.



O MIQCB conduz um processo informativo e educativo sobre a importância dos documentos para as trabalhadoras rurais.

MMC: documentação das mulheres como uma das bandeiras de luta

A garantia de Documentação para todas as mulheres trabalhadoras rurais e também para os membros de suas famílias está entre as bandeiras de luta do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Durante os mutirões, o MMC mobiliza as mulheres, debatendo sobre a importância da documentação pessoal e profissional. Atividades como essas estimulam a luta das camponesas por um acesso cada vez maior aos seus documentos: os estados de Roraima e Acre, por exemplo, conquistaram a aprovação do Bloco de Notas em 2006 graças à sua luta e organização. Esse documento é muito importante porque comprova a profissão da produtora rural e garante o direito à aposentadoria e a outros direitos previdenciários. A conquista de seus direitos e o reconhecimento da profissão têm sido uma luta permanente na vida das camponesas.

“Constatamos que esta é uma luta das mulheres organizadas no MMC que vem se consolidando aos poucos como conquista. Para isso, foram realizados vários debates na base do Movimento, audiências com setores do Governo, debates com outros movimentos e entidades e mobilizações”, afirma Adriana Mezadri, da direção nacional. O trabalho do MMC atinge no Brasil cerca de 50 mil mulheres sempre na busca de garantir a sua valorização em todos os espaços da sociedade e incentivar sua participação política.

Esse movimento produziu em 2006 inúmeros materiais como folders, cartilhas e panfletos que abordam o tema da documentação da mulher, trazendo informações acer-

ca de como acessá-la, a relação dos direitos já conquistados e apontamentos para sua ampliação. Estes materiais, de leitura acessível, servem de subsídio ao trabalho educativo de base do MMC em todo o Brasil, e são utilizados durante os encontros, seminários, oficinas, promovidos pelo Movimento dos respectivos estados e distribuídos



Mulheres lêem material produzido pelo MMC sobre a documentação da mulher.

nas comunidades. Os assuntos são abordados de acordo com a realidade local.

“A documentação é um direito de todos os/as cidadãos e cidadãs brasileiros/as, portanto, é necessário desenvolver mecanismos que possibilitem o acesso a ela. Quando se trata das mulheres, e especialmente das camponesas, o acesso é ainda mais difícil, tendo em vista a discriminação histórica a que foram submetidas, exemplo disso, é o direito ao voto, conquistado pelas mulheres somente no ano de 1931”, lembra Adriana. “Nós do Movimento de Mulheres Camponesas nunca aceitamos essa situação de injustiça e por isso sempre lutamos para exercer cidadania, construir nossa libertação e conquistar nossos direitos, a maioria deles contidos na Constituição Federal de 1988, fruto de muita luta e organização das mulheres em todo o Brasil”, avalia Adriana.

O MMC defende também a viabilização de políticas agrícolas, como por exemplo, o crédito especial para mulheres; o direito e o acesso à educação libertadora, não sexista e voltada à realidade do campo, através de programas específicos de alfabetização de mulheres e homens nesse espaço, entre outras causas.



Campanha do MMTR-NE contribui para a criação do Programa

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural no Nordeste (MMTR-NE) vem atuando em ações que favoreçam a cidadania das trabalhadoras rurais, principalmente com recursos humanos, desde 1997. Nesse ano, elas iniciaram a luta pela documentação da trabalhadora rural, por meio da campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, mostrando à sociedade a realidade do grande número de mulheres sem documentação nas áreas rurais e a privação dos direitos e das condições básicas para o exercício da cidadania que isso representava. Através das reivindicações do Movimento e com o apoio do Governo Federal, essa campanha transformou-se em política pública, no ano de 2004, passando a ser o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

Hoje, o MMTR-NE continua com sua empreitada tomando parte dos comitês estaduais e nacional do Programa articulando, capacitando e informando lideranças rurais nos nove estados do Nordeste para monitorá-lo, por meio do Projeto Cidadania da Trabalhadora Rural. Esse é um dos instrumentos do MMTR-NE para o desenvolvimento de ações de cidadania que visam o acesso à documentação pessoal e trabalhista, o empoderamento e a participação das trabalhadoras rurais nos diversos espaços públicos e de exercício da cidadania e da democracia para elas.

Os objetivos desse projeto são: informar, levando orientações às trabalhadoras rurais sobre seus direitos de cidadãs, principalmente em relação ao acesso aos documentos e às políticas públicas; capacitar, colaborando com a ampliação do conhecimento teórico e prático de 135 lideranças femininas rurais do Nordeste; monitorar o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural do Governo Federal, participando dos comitês gestores nos nove estados do Nordeste, com o propósito de influenciar na decisão do poder público de tornar a documentação política pública. Atualmente essas lideranças são capacitadas para socializarem seus aprendizados e, desta forma, multiplicar conhecimentos, desenvolvendo nas suas comunidades o exercício da cidadania com as demais trabalhadoras rurais.

“A produção agropecuária das mulheres geralmente ainda não é vista como

atividade economicamente viável, mas como mera ajuda aos seus maridos. Através do Programa de Documentação milhares de mulheres têm acesso a seus documentos tornando-se cidadãs, tendo acesso aos programas governamentais e melhorando sua qualidade de vida e da família, através das linhas de crédito”, avalia Margarida da Silva, secretária executiva do movimento.

Durante uma entrega de documentos em Timbaúba(PE), realizada em 2006, Maria Vieira da conceição, de 55 anos, conta: “Eu moro no Engenho Cardoso e nunca fui na cidade, nunca sai do Engenho. Nunca tirei documento por que não tenho dinheiro e só tinha a certidão de casamento. Agora posso me aposentar. Estou achando muito bonita essa entrega, achava que não ia receber e agora está muito bom. Nunca estudei, sempre trabalhei no roçado, desde pequena”. Carmelita Ramos da Silva, 34 anos, seis filhos, mora na mesma localidade e afirma: “O cartão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para receber o dinheiro das crianças é no nome do meu marido por que eu não tinha documento. Trabalhei até na cana no Engenho Folguedo de Timbaúba. Hoje tenho registro, carteira de identidade e carteira de trabalho”.

O MMTR-NE nasceu de uma articulação iniciada por mulheres dos estados de Pernambuco e Paraíba, em 1986, com a missão de construir relações justas e igualitárias entre mulheres e homens do Nordeste, buscando promover, entre as trabalhadoras rurais, a consciência do potencial e o despertar de lideranças. Além disso, o Movimento também busca construir mecanismos para ampliar a participação das trabalhadoras rurais nos espaços públicos em nível Estadual, Regional, Nacional e Latino americano e trabalhar a questão da produção, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas de governo para o campo.

O MMTR-NE vem atuando em ações que favoreçam a cidadania das trabalhadoras rurais desde 1997.



Sempreviva Organização Feminista (Sof): ajudando a tecer o processo educativo no PNDTR

No convênio “Projeto de sensibilização das mulheres trabalhadoras rurais nas políticas públicas do MDA”, a Sempreviva Organização Feminista (Sof) atua junto a cinco políticas: o acesso à Terra, a Política de Crédito (Pronaf), a Assistência Técnica, o Desenvolvimento Territorial buscando participação das mulheres e o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. A Sof já atingiu aproximadamente 8000 mulheres com 126 ações educativas em 68 mutirões de documentação acompanhados nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos anos de 2005 e 2006.

A Sof participa dos comitês estaduais do Programa de Documentação apresentando o que essa organização constrói em relação àquelas cinco políticas como um todo, pensando o Programa como ação-meio em dois objetivos: a mulher e seus direitos como cidadã e o Programa como um espaço onde elas têm informações sobre políticas públicas e suas formas de acesso. “A Sof procura incentivar que as organizações de mulheres participem desses comitês, pois a necessidade de elas terem documentos civis já vem sendo trabalhada há algumas décadas pelos movimentos sociais. Verificamos as demandas e procuramos potencializar as ações como um todo”, explica Neuza Tito, da Sof.

A Sof também realizou, em parceria com o MDA, as oficinas de políticas públicas para as mulheres, seminários e cursos nos quais elas receberam capacitação para aprofundamento de informações relativas a como as mulheres assentadas da reforma agrária são incluídas nas políticas públicas desse ministério. Entre os temas em pauta dessas oficinas, além do Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, eram discutidos também a titulação conjunta da terra, serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) e crédito nos projetos de assentamento e política de desenvolvimento rural sustentável.

“Tanto nas áreas urbanas como rurais é muito difícil o acesso às informações e o programa de documentação traz as duas ações: nele você não só faz o documento mas pode aprender também a como usá-lo bem”, analisa Márcia Alves, educadora da Sof. Elas aplicam uma metodologia específica na qual as trabalhadoras rurais se sentem mais à vontade para se expressar. As educadoras articulam e mediam o diálogo entre as trabalhadoras rurais e as instituições parceiras do Programa, potencializando a ação informativa. “Observamos grupos começando a articular ações de crédito a partir das ações educativas. Elas se sentem mais fortalecidas. O Programa tem contribuído para a visão da cidadania e até mesmo o direito de ir e vir das mulheres”, avalia Neuza.

“Uma importante contribuição do convênio foi buscar estratégias para criar uma metodologia voltada a realização das ações educativas”, avalia Neuza Tito. Em Minas Gerais, foi constituído um grupo de trabalho com representação dos movimentos de mulheres, que foi capacitado para que elas mesmas pudessem realizar as atividades educativas nos mutirões. A metodologia das ações educativas eram discutidas coletivamente na Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA) e desenvolvida pelo grupo. No Maranhão, durante os mutirões, a Sof fazia as articulações com os movimentos locais e depois a equipe do convênio, a DFDA, e parceiros do Programa voltavam para realizar ações informativas sobre as políticas. Foram realizadas quatro atividades neste formato.

Sof atua em convênio com o MDA junto a cinco políticas: o acesso à terra, a Política de Crédito, a Assistência Técnica, a busca da participação das mulheres nas ações e o Programa de Documentação.



Telefones

Superintendências Regionais do INCRA

SR	TELEFONE DE CONTATO
SR-01/PA	(91) 3202-3800
SR-02/CE	(85) 3299-1300
SR-03/PE	(81) 3231-3053
SR-04/GO	(62) 3269-1700
SR-05/BA	(71) 3206-6474
SR-06/MG	(31) 3281-8671
SR-07/RJ	(21) 2224-3701
SR-08/SP	(11) 3823-8500
SR-09/PR	(41) 3360-6500
SR-10/SC	(48) 224-2234
SR-11/RS	(51) 3284-3300
SR-12/MA	(98) 3245-9394
SR-13/MT	(65) 3644-1104
SR-14/AC	(68) 3214-3000
SR-15/AM	(92) 3642-3388
SR-16/MS	(67) 3382-5359
SR-17/RO	(69) 3229-1545
SR-18/PB	(83) 3244-1624
SR-19/RN	(84) 4006-1636
SR-20/ES	(27) 3185-9050
SR-21/AP	(96) 3214-1600
SR-22/AL	(82) 3336-1114
SR-23/SE	(79) 4009-1500
SR-24/PI	(86) 3222-1553
SR-25/RR	(95) 3224-3285
SR-26/TO	(63) 3219-5200
SR-27/MBA	(94) 3324-1216
SR-28/DFE	(61) 3343-1343
SR-29/MSF	(87) 3861-2817
SR-30/STN	(93) 3523 - 1296

Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário

DFDA	TELEFONE DE CONTATO
DFDA/AC	(68) 3223-1713
DFDA/AL	(82) 3221-6584
DFDA/AP	(96) 3214-1611
DFDA/AM	(92) 3648-0530
DFDA/BA	(71) 3206-6480
DFDA/CE	(85) 3299-1309
DFDA/ES	(27) 3185-9058
DFDA/GO	(62) 3269-1765
DFDA/MA	(98) 3245-3685
DFDA/MT	(65) 3644-3753
DFDA/MS	(67) 3382-0327
DFDA/MG	(31) 3272-8178
DFDA/PA	(91) 3277-5899
DFDA/PB	(83) 3049-9228
DFDA/PR	(41) 3360-6562
DFDA/PE	(81) 3301-1364
DFDA/PI	(86) 3222-5871
DFDA/RJ	(21) 2224-3639
DFDA/RN	(84) 4006-2126
DFDA/RS	(51) 3226-8261
DFDA/RO	(69) 3229-2564
DFDA/RR	(95) 3623-2106
DFDA/SC	(48) 3322-3051
DFDA/SP	(11) 3823-8585
DFDA/SE	(79) 3213-0525
DFDA/TO	(63) 3219-5217





Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

Programa de Promoção da
Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Mais informações: acesse www.mda.gov.br ou ligue 0800 728 7000

Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

End.: SBN Quadra 01, Edifício Palácio do Desenvolvimento, Sala 2104, Cep.: 70057-900, Brasília/DF

Telefone: (61) 2191-9845 / 9869 **E-mail:** programa-igualdade@mda.gov.br